

FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO: O CARÁTER INDUTOR DO ESTADO NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

ADRIANA DE CARVALHO ALVES BRAGA

Doutora em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - MACKENZIE, São Paulo (Brasil). Servidor Público pela Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, São Paulo (Brasil)
andritsena@hotmail.com

CLÁUDIA CRISTINA HADDAD

Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - MACKENZIE, São Paulo (Brasil). Professora pela Universidade Paulista - UNIP, São Paulo (Brasil).
haddadcc@uol.com.br

Resumo: Neste artigo é analisado o caráter indutor da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no que se refere à Educação para as Relações Étnico-raciais por meio da análise de eventos de formação continuada. Trata-se de um estudo de base exploratória, e o procedimento foi o levantamento bibliográfico, pautado em pesquisas sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais, como os desenvolvidos por Gomes (2011; 2013), Munanga (2013) e Almeida (2020) e os dados foram coletados no Diário Oficial da cidade de São Paulo. O mapeamento das atividades de formação continuada oferecidas aos servidores da educação possibilita identificar as temáticas mais recorrentes, a carga-horária dedicada a tais discussões e a quantidade de vagas ofertadas entre os anos de 2013 e 2016. Os dados apontam que houve, por parte da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, um investimento na qualificação dos servidores, possibilitando a desconstrução de estereótipos e promoção de relações pautadas na igualdade. Os temas abordados nessas formações tratavam de aspectos gerais sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais, contudo, nota-se que houve um aprofundamento de alguns eixos conceituais, tais como: a desconstrução do mito da democracia racial, conceito de ações afirmativas e racismo institucional, incorporação de valores civilizatórios afrodiáspóricos e indígenas e a relação entre os fluxos migratórios contemporâneos e o racismo. Essas iniciativas contribuem para a implementação de políticas públicas relacionadas às ações afirmativas e demonstram a responsabilização do Estado no cumprimento da legislação.

Palavras-chave: Educação para as Relações Étnico-raciais; Formação Continuada e Permanente; Políticas Públicas Educacionais.

Abstract: In this article, the inductive character of the Municipal Secretariat of Education of São Paulo in relation to Education for Ethnic-Racial Relations is analyzed through the analysis of continuing education events. This is an exploratory study, and the procedure was a bibliographic survey, based on research on Education for Ethnic-Racial Relations, such as those developed by Gomes (2011; 2013), Munanga (2013) and Almeida (2020) and the data were collected in the Official Gazette of the city of São Paulo. The mapping of continuing education activities offered to education workers, makes it possible to identify the most recurring themes, the workload dedicated to such discussions and the number of vacancies offered between the years 2013 and 2016. The data show that there was, on the part of the Municipal Secretary of Education of São Paulo, an investment in the qualification of the servants, making possible the deconstruction of stereotypes and the promotion of relations based on equality. The topics covered in these formations dealt with general aspects of Education for Ethnic-Racial Relations, however, it is noted that there was a deepening of some conceptual axes, such as: the deconstruction of the myth of racial democracy, the concept of affirmative actions and racism institutional, incorporation of afro-diasporic and indigenous civilizing values and the relationship between contemporary migratory flows and racism. These initiatives contribute to the implementation of public policies related to affirmative actions and demonstrate the responsibility of the State in complying with the legislation.

Keywords: Education for Ethnic-Racial Relations; Continuous and Permanent Training; Educational Public Policies.

Resumen: En este artículo se analiza el carácter inductivo de la Secretaría Municipal de Educación de São Paulo en relación a la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales a través del análisis de eventos de educación continua. Se trata de un estudio exploratorio, y el procedimiento fue una encuesta bibliográfica, basada en investigaciones en Educación para las Relaciones Étnico-Raciales, como las desarrolladas por Gomes (2011; 2013), Munanga (2013) y Almeida (2020) y los datos fueron recogidos en el Boletín Oficial de la ciudad de São Paulo. El mapeo de las actividades de educación continua ofrecidas a los trabajadores de la educación, permite identificar los temas más recurrentes, la carga de trabajo dedicada a tales discusiones y el número de vacantes ofrecidas entre los años 2013 y 2016. Los datos indican que hubo, por parte de la Secretaría Municipal de Educación de São Paulo, una inversión en la calificación de los servidores, posibilitando la deconstrucción de estereotipos y la promoción de relaciones basadas en la igualdad. Los temas tratados en estas formaciones versaron sobre aspectos generales de la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales, sin embargo, se nota que hubo una profundización de algunos ejes conceptuales, tales como: la deconstrucción del mito de la democracia racial, el concepto de acciones afirmativas y racismo institucional, incorporación de valores civilizadores afro-diaspóricos e indígenas y la relación entre los flujos migratorios contemporáneos y el racismo. Estas iniciativas contribuyen a la implementación de políticas públicas relacionadas con las acciones afirmativas y demuestran la responsabilidad del Estado en el cumplimiento de la legislación.

Palabras clave: Educación para las Relaciones Étnico-raciales; Formación Continua y Permanente; Políticas Públicas Educativas.

INTRODUÇÃO

A inclusão dos estudos referentes a História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena é uma exigência estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9394/96 (BRASIL, 1996) a partir da alteração do artigo 26º A da referida legislação. As alterações da LDBEN 9394/96 são as leis federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e inferem diretamente sobre o currículo ensinado nas unidades escolares do Ensino Fundamental e Médio das redes pública e privada. Cabe ressaltar que as promulgações dessas leis, fruto das lutas históricas do movimento negro e indígena, impeliu União, estados e municípios a garantir sua implementação através da oferta de formação continuada e em serviço aos docentes e demais servidores do quadro da educação, como gestores e profissionais do quadro de apoio à educação.

Em pesquisa dedicada a desvelar as ações de formação continuada promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo referentes a Educação para as Relações Étnico-raciais, no âmbito do Curso de Especialização em Gestão da Educação Pública, investigamos o quantitativo de eventos formativos (cursos, seminários, encontros) oferecidos pela Rede Municipal de Ensino de São Paulo a respeito da temática e analisamos a quantidade de vagas ofertadas nesses eventos, a partir de análise documental no Diário Oficial da cidade de São Paulo. O levantamento evidenciou que houve períodos em que esse debate esteve mais presente, com uma expressiva quantidade de cursos e demais eventos, o que pode ser entendido como um momento de aceleração das políticas de formação, e em outros, a oferta de formação foi incipiente e inexpressiva.

Estudos como o que realizamos contribuem para o balanço da implementação das leis federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e se colocam como elementos de monitoramento das ações do Estado no cumprimento dessa normativa. Por considerar a temática étnica e racial como primordial no desvelamento das relações de poder, dos conflitos e permanências da colonialidade do saber na escola, consideramos que as reflexões que ora apresentamos se situam no adensamento das discussões apresentadas no trabalho anterior.

Neste artigo, nos propomos a aprofundar o debate sobre o caráter indutor do Estado no que se refere as ações afirmativas através da análise das ofertas formativas proporcionadas pela Secretaria Municipal de Educação durante os anos de 2013 e 2016, sendo esse o período em que houve a maior oferta de cursos e seminários para os servidores. Em nossa análise, o enfoque principal são as temáticas abordadas nesses eventos formativos, com o propósito de verificar que tipo de debate foi instaurado na construção de políticas educacionais voltadas para as ações afirmativas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste texto, que tratamos do caráter indutor de políticas públicas por parte da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, é relevante iniciarmos as reflexões a partir do corpo conceitual que embasa essa afirmação. Ao tratar do contexto de promulgação da lei federal nº 10.639/03, Gomes (2013) contribui para essa discussão ao salientar que a referida legislação e seus documentos normatizadores

(...) compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma Educação das Relações Étnico-Raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos de 2000. Tanto a legislação como seus dispositivos podem ser considerados como pontos centrais no processo de implementação das políticas de ações afirmativas na educação brasileira nos seus diferentes níveis, etapas e modalidades educacionais. (GOMES, 2013, p. 21)

A indução, considerada a partir do próprio dispositivo legal, tem como objetivo ampliar a discussão sobre a diversidade e concretizar a Educação para as Relações Étnico-raciais. Todavia, ao Estado também é atribuído esse papel de indução e, adentrando na esfera da atuação do estatal, Gomes (2011, p. 117) afirma que essa função indutora “aponta para a ampliação da responsabilidade do Estado diante da complexidade e das múltiplas dimensões e tensões em torno da questão racial”. Na perspectiva da pesquisadora, tanto a legislação quanto o Estado impulsionam esse debate de reorientação das práticas antidiscriminatórias e de afirmação das identidades.

Ao destacar alguns elementos coletados a partir da pesquisa de campo realizada em trinta e seis escolas, Gomes (2013) indica que uma das constatações do referido trabalho investigativo foi

A ação indutora das secretarias de Educação – somada à gestão da escola na viabilização de processos de formação em serviço e no estímulo e na construção de condições de processos de formação continuada – revela-se como um forte componente para a construção de práticas pedagógicas condizentes com a Lei nº 10.639/2003 e suas Diretrizes (GOMES, 2013, p. 31).

Logo, na perspectiva de Gomes (2011; 2013), o estímulo às práticas pedagógicas voltadas para a Educação para as Relações Étnico-raciais se situa no âmbito da legislação e deve ter continuidade na ação do Estado, que além de atuar como regulador das tensões em torno da temática racial, tem a responsabilidade de viabilizar os processos de formação em serviço.

O sistema educativo no Brasil é tributário de uma relação de poder colonial e racista. A colonização deixou marcas na história e cultura brasileiras e a escravidão e o tipo de relação social estabelecida a partir dela. O racismo é um dos eixos estruturantes na constituição da história do Brasil e da história da educação do Brasil. O debate da descolonização do currículo visa incidir não apenas sobre os objetos de ensino e sua incorporação ao currículo, mas visa, sobretudo, reorientar as relações desenvolvidas na escola.

Tratar de relações é importante pois o racismo não se resume a uma prática superada em 1888 com a abolição da escravidão no Brasil. Na perspectiva de Almeida (2020, p. 63), “o racismo enquanto processo político e histórico, também é um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais”. Por essa razão, a reeducação das práticas sociais é um dos elementos primordiais para problematizar e suplantar essa ideologia de negação do outro.

Situamos, neste estudo, a formação continuada oferecida aos educadores das escolas públicas como foco da discussão da luta antirracista porque consideramos esse impulso, por parte da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, como um dos elementos que movimentam o debate sobre as relações raciais no ambiente educativo.

Na perspectiva de Silva Jr (2010), a legislação cumpre o papel de regulamentar a ação afirmativa a partir dos preceitos legais, assegurando sua eficácia. O autor salienta que os preceitos a que se refere estão presentes na Constituição Federal de 1988 e versam sobre a valorização da contribuição cultural de diferentes povos e etnias para a formação do povo brasileiro, de modo que seus valores culturais sejam respeitados e valorizados no currículo escolar, de modo que a diversidade étnico-racial seja contemplada. Logo, a discussão da Educação para as Relações Étnico-raciais adentra no universo educacional justamente por propor a revisão dos conteúdos curriculares e a problematização das relações sociais estabelecidas no universo escolar, especialmente através da insígnia do combate ao preconceito, a discriminação e ao racismo.

Para Munanga (2013), a educação antirracista é subsídio para discutir as desigualdades e, ao incidir sobre o currículo escolar, as ações afirmativas se colocam como ferramenta de questionamento da tendência que invisibiliza sujeitos através da perspectiva homogeneizante e monocultural de currículo. Nessa perspectiva, discutir diversidade na escola implica em promover um

reconhecimento oficial e público dessas diversidades, que ainda estão sendo tratadas desigualmente no sistema educacional brasileiro, além de

os portadores dessas identidades de resistência serem também vítimas dos preconceitos e da discriminação racial, até da segregação racial de fato (MUNANGA, 2013, p. 22).

No debate sobre a formação continuada voltada para a implementação das ações afirmativas, não podemos ignorar as relações que são construídas na escola. Tratam-se de relações tensionadas por valores e ideologias e “Nesse contexto, a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa. (GOMES, 2012, p. 104-105). É nessa esfera que pesquisadores dedicados a discutir a Educação para as Relações Étnico-raciais transitam. Não se tratando apenas de incluir os conteúdos relacionados a formação étnica e racial, busca-se problematizar a própria cultura escolar no campo das relações, compreendendo-a a partir de sua tendência hegemônica, monocultural e homogeneizante, resquício dos laços coloniais que ainda persistem na estruturação da sociedade e, conseqüentemente, das instituições.

METODOLOGIA

Para proceder a coleta de dados que apresentamos na próxima seção do texto, realizamos uma investigação de base exploratória. As informações são públicas e estão disponíveis na internet, através da página do Diário Oficial da Cidade de São Paulo¹.

A utilização desse recurso nos auxiliou sobremaneira, especialmente porque os documentos - as publicações do Diário Oficial – podem ser publicamente acessados, bastando digitar os descritores no campo ‘palavras-chave’. Em relação aos descritores, julgamos pertinente realizar a busca a partir dos termos: “lei nº 10.539/03”, “lei nº 11.645/08”, “Étnico-racial” e “Étnicorracial” (considerando que a grafia pode ter sofrido alterações), “NEER”, “Núcleo de Educação Étnico-racial”, “ERER”, “Educação para as Relações Étnico-raciais”, “História e Cultura Indígena”, “História e Cultura Africana e Afro-brasileira”, “Imigrantes”, “Culturas Latino-americanas”, “Agosto Indígena”, “Novembro Negro” e “Dezembro Imigrante”.

Para atender as nossas necessidades, a publicação deveria apresentar as especificações que indicassem que se tratava de uma formação, através de elementos como a quantidade de vagas, os locais de oferta, a carga-horária e a dispensa de ponto, sendo descartadas as publicações que não apresentassem esses indicadores.

Nesta ocasião, analisamos exclusivamente os dados referentes ao período de 2013 a

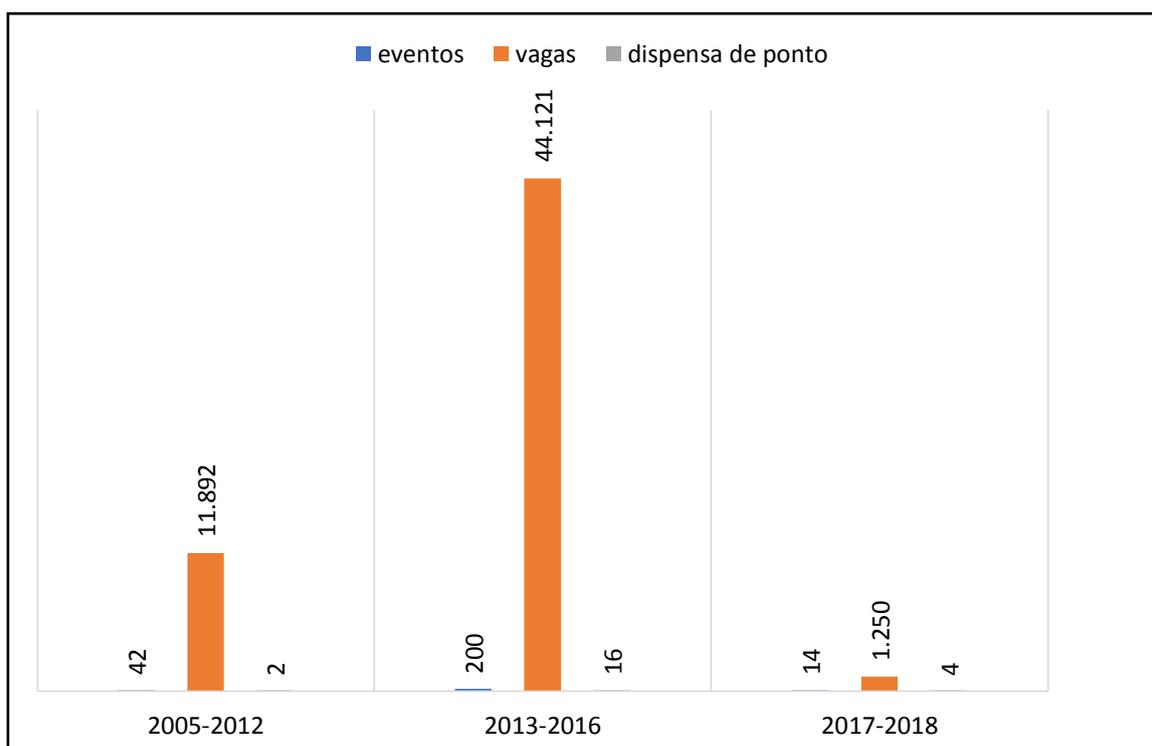
¹Disponível em <http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br>.

2016, com o intuito de aprofundar a discussão por nós apresentada em texto anterior (IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIA). Naquele estudo, a estratégia foi apresentar um comparativo das ofertas de formação entre os anos de 2005 e 2018 e tabular os dados em períodos: Primeiro período (2005-2012), o Segundo Período (2013- 2016) e Terceiro Período (2017 – 2018). Consideramos pertinente aprofundar o estudo mapeando os temas que foram discutidos nas ações formativas e, para tal, discriminamos, a seguir, as ações do Segundo Período.

A OFERTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE A LEI Nº 10.639/03

Os dados obtidos a partir do levantamento no Diário Oficial de São Paulo foram bastante reveladores, especialmente porque, na nossa pesquisa bibliográfica, não havíamos encontrado um levantamento similar. No período selecionado (2005-2018), foram realizados 236 eventos de formação para professores, o que corresponde a oferta de 55.103 vagas, sendo que, desses eventos, 22 foram oferecidos com dispensa de ponto. Os dados gerais estão apresentados na figura a seguir.

Figura 1 - Formação em EREER na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (2005-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo

Como podemos observar ao analisar essa série histórica, não houve regularidade na oferta de atividades formativas, o que se constata através da proporcionalidade na distribuição dos eventos. É perceptível que, entre os anos 2013-2016 houve uma oferta maior de eventos, vagas e dispensas de ponto, havendo um declínio no período subsequente e, por essa razão, nos debruçamos sobre esse período que compreende os anos de 2013 a 2016 para proceder a análise.

AÇÕES FORMATIVAS NO PERÍODO DE 2013 A 2016: CARACTERÍSTICAS

A seguir, detalhamos os eventos formativos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo entre os anos de 2013 e 2016. Apresentamos essa sistematização de acordo com os anos em que as formações foram realizadas e discriminamos a quantidade de vagas ofertadas e a carga-horária de cada evento. Alguns dos eventos formativos apresentados nas tabelas têm nomes semelhantes, todavia, por somarem carga-horária distinta, aparecem separados. Isso se deve ao fato de que, nas normatizações da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, eventos com até 11h de duração são nomeados como ‘encontros’ ou ‘seminários’; aqueles que têm uma carga-horária superior a 12h, são identificados como ‘cursos’. Na Tabela 1, apresentamos os dados do ano de 2013.

Tabela 1- Eventos de formação continuada oferecidos em 2013 pela Secretaria Municipal de Educação

| Nome do evento | Carga-horária | Vagas |
|--|----------------------|---------------|
| Educação e Relações Raciais: melhores indicadores na qualidade de vida e da educação | 12h | 160 |
| Reflexões sobre diversidade e suas complexidades no ambiente escolar | 12h | 160 |
| Revisitando as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais – Conquistas e Desafios de aplicação da lei 10.639/03 perspectivas para um novo tempo | 15h | 100 |
| A Lei 10.639/03 na sala de aula | 20h | 65 |
| Os valores civilizatórios africanos a partir de produções cinematográficas para o público infantil | 8h | 140 |
| I Conferência Estadual de Educação das Relações Étnicorraciais de São Paulo | 20h | 52 |
| Relações Étnicorraciais e Educação | 12h | 40 |
| A Lei 10.639/03 na Prática: Implicações, estratégias e performances voltadas para os profissionais da Educação | 12h | 40 |
| Lei 10.639/03: Avanços e Desafios | 12h | 450 |
| Construindo práticas para a (re)educação das relações étnicorraciais na escola | 12h | 100 |
| O Museu Afro Brasil e a Lei 10.639 | 8h | 70 |
| Práticas de ensino da lei 10.639: reconstruindo as relações étnico-raciais na sala de aula - valorização do educador e melhoria da qualidade do ensino | 21h | Não informado |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo

Como podemos observar, no ano de 2013 foram priorizados eventos formativos sobre temas gerais da Educação para as Relações Étnico-raciais, voltados para a aplicabilidade da lei nº 10.639/03. No que se refere a recortes específicos, localizamos um curso que discutiu as produções cinematográficas.

No ano de 2014, houve uma diversificação das temáticas abordadas, conforme observamos na Tabela 2.

Tabela 2 - Eventos de formação continuada oferecidos em 2014 pela Secretaria Municipal de Educação

| Nome do evento | Carga-horária | Vagas |
|---|---------------|---------------|
| Diálogos Pedagógicos e Práticas Educomunicativas para uma Educação das Relações Étnico-raciais na Escola - Abordagens para a Infância | 12h | 550 |
| História da Arte Africana - valorização do educador e melhoria da qualidade de ensino | 21h | Não informado |
| ÌRÈTÍ – África e Brasil em perspectiva | 12h | 30 |
| ÌRÈTÍ – Dança dos Orixás – a Mitologia que o Corpo Dança | 12h | 30 |
| Projetos em Dialogicidade – Literatura e Identidades | 24h | 70 |
| Diálogos para a Educação Étnico-Racial | 10h | 200 |
| Resistência Indígena e Educação: História, Lutas e Perspectivas | 8h | 450 |
| Ìrètí – danças africanas tradicionais | 12h | 30 |
| Grupo de Trabalho Étnico-Racial - Desconstrução do preconceito e construção de novas imagens | 32h | 90 |
| Educação em Direitos Humanos na perspectiva da Cidade Educadora | 40h | 200 |
| ÌRÈTÍ- As Artes Visuais e a Cultura Negra | 12h | 30 |
| ÌRÈTÍ – Tempos de Festa: Festas e Religiosidade | 12h | 30 |
| Ìrètí– A tradição oral, contos e mitos africanos e afrobrasileiros | 12h | 30 |
| Ìrètí – Práticas Educativas | 12h | 30 |
| A desconstrução do mito da democracia racial | 20h | 80 |
| Cantando e dançando a tradição popular brasileira: ressonâncias afrodescendentes | 12h | 60 |
| A presença Indígena na cidade de São Paulo | 12h | 160 |
| A presença Indígena na cidade de São Paulo | 8h | 1.800 |
| História e Cultura Indígena, Lei 11645/2008: da Aldeia à escola, como e porque implementar esta proposta? | 12h | 80 |
| Negritude Midiática | 8h | 25 |
| Educação matemática, interdisciplinaridade e as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas (lei 10.639/03 e decreto 11.645/08) - explorando possibilidades de ensino-aprendizagem | 15h | 60 |

| Nome do evento | Carga-horária | Vagas |
|--|---------------|-------|
| Etnomatemática, uma das implicações em sala de aula - diversidade cultural africana e afrobrasileira | 15h | 50 |
| Introdução à Educação para as Relações Étnico-Raciais – Leis 10.639/03 e 11.645/08 | 12h | 1.800 |
| Diáspora africana e América Portuguesa entre o século XVI e meados do século XIX – parte 1 | 16h | 50 |
| I Congresso Municipal de Educação para as Relações Étnico-Raciais – SME/SP – 2014 | 20h | 800 |
| Presença de Personagens Negros nos Quadrinhos | 12h | 60 |
| Relações raciais e educação: aportes para práticas pedagógicas antirracistas | 8h | 3.430 |
| Relações raciais e educação: aportes para práticas pedagógicas antirracistas | 12h | 100 |
| Relações raciais e educação: aportes para práticas pedagógicas antirracistas | 16h | 150 |
| Olhares para a imigração na cidade: contribuições para uma educação intercultural | 12h | 70 |
| 1º Seminário Regional de Educação Integral POIE e POSL: Cultura Africana e Afro-Brasileira | 8h | 600 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo

A diversificação das temáticas a que nos referimos acima pode ser notada através da incorporação de eventos de Educomunicação e Mídias digitais, Dança, Literatura, Artes Visuais. No que se refere aos conceitos, houve a inclusão de discussões sobre a democracia racial, a diáspora, a religiosidade e a Etnomatemática. Outro elemento que surge, a partir de 2014, é a oferta de cursos específicos sobre a lei nº 11.645/08 e a imigração.

O ano de 2015 se destaca, em nossa análise, pois 42% dos eventos formativos (considerando a série histórica de 2005 a 2018) foram ofertados neste ano. Na Tabela 3, apresentamos as ações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação no ano de 2015.

Tabela 3 - Eventos de formação continuada oferecidos em 2015 pela Secretaria Municipal de Educação

| Nome do evento | Carga-horária | Vagas |
|--|---------------|-------|
| Respeito à diversidade no ambiente escolar como garantia de direitos humanos | 20h | 100 |
| A desconstrução do mito da democracia racial | 20h | 100 |
| História Geral da África – leituras e contemplações | 20h | 50 |
| ÌRÈTÍ – África e Brasil em perspectiva | 12h | 30 |
| Escravidão, Transição ao Capitalismo e o Projeto de Branqueamento do Brasil | 18h | 50 |
| Povos Indígenas no Brasil: histórias e culturas | 18h | 50 |
| Povos Indígenas, educação escolar e a necessária desconstrução de estereótipos | 24h | 50 |
| Racismo institucional: perspectiva econômica das relações raciais | 20h | 50 |
| Literatura, Etnicidade e gênero – subsídios para a educação das relações étnico-raciais | 18h | 120 |
| Ìrètí – a mitologia dançada - a dança dos orixás | 12h | 30 |
| ÌRÈTÍ – Tempos de Festa” | 12h | 30 |
| ÌRÈTÍ – Danças Africanas | 12h | 30 |
| (RE)Pensando o currículo do ensino fundamental: Reflexões sobre as práticas — A Sala de Aula como espaço de promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais | 18h | 148 |
| Educação Inclusiva: discutindo o tema e incorporando as questões de gênero, cor/raça e aspectos socioeconômicos. | 12h | 300 |
| Educação e Relações Raciais: melhores indicadores na qualidade de vida e da educação | 12h | 100 |
| Respeito à diversidade no ambiente escolar como garantia de direitos humanos | 20h | 100 |
| A desconstrução do mito da democracia racial | 20h | 100 |
| Narrativas políticas e estéticas de autores negros na Arte Contemporânea Brasileira: uma abordagem teórica e prática | 18h | 50 |
| Antropologia e valores civilizatórios na África subsaariana | 20h | 100 |
| Saberes que se vivenciam: desconstruindo a inferioridade intelectual de africanos e seus descendentes | 18h | 100 |
| Racismo institucional: perspectiva econômica das relações raciais | 18h | 50 |

| Nome do evento | Carga-horária | Vagas |
|---|----------------------|--------------|
| A presença imigrante em São Paulo: contextos educacionais e práticas antirracistas | 20h | 100 |
| Educação das Relações Étnico-Raciais e Africanidades: contribuições do pensamento africano e da capoeira angola | 18h | 50 |
| História e cultura Africana e Afro-brasileira: uma introdução | 10h | 100 |
| O que é ação afirmativa? - conceitos e processos de democratização da sociedade brasileira | 18h | 50 |
| Os diferentes modos de viver, as diversidades étnicas e a escola: reflexões sobre os povos indígenas no Brasil | 24h | 50 |
| Etnomatemática, uma das implicações em sala de aula - diversidade cultural africana e afro-brasileira | 15h | 50 |
| Somos Todos Migrantes: educação e migrações na cidade de São Paulo | 12h | 50 |
| Imigração e Educação: pensando a presença boliviana em São Paulo | 20h | 50 |
| Educação e Relações Raciais: Apostando na Participação da Comunidade Escolar | 15h | 40 |
| ÌRÈTÍ – Práticas Educativas | 12h | 30 |
| ÌRÈTÍ – Danças Brasileiras | 12h | 30 |
| ÌRÈTÍ – Músicas, Histórias e Brincadeiras do Congo | 12h | 30 |
| IRÈTÍ – Artes Visuais e a Cultura Negra | 12h | 30 |
| ÌRÈTÍ – A Tradição Oral, os Contos e Mitos Africanos | 12h | 30 |
| Histórias de vida e identidade Negra – Um passeio crítico sobre filmes e músicas da cultura negro-brasileira | 24h | 50 |
| Somos Todos Migrantes: educação e migrações na cidade de São Paulo | 12h | 50 |
| Educação, Cultura e Religiosidade – luta antirracista e intolerância religiosa em ambiente escolar | 12h | 50 |
| Escravidão, Transição ao Capitalismo e o Projeto de Branqueamento do Brasil | 18h | 50 |
| Educação para as Relações Étnico-Raciais | 26h | 110 |
| Grupo de Trabalho Étnico-Racial da DRE Campo Limpo | 32h | 100 |
| A desconstrução do mito da democracia racial | 20h | 100 |
| A Educação na Luta Contra o Racismo: discursos e práticas | 12h | 400 |
| A representação do negro na literatura brasileira | 12h | 400 |
| Nelson Mandela: um líder na luta antirracista na África do Sul | 12h | 400 |

| Nome do evento | Carga-horária | Vagas |
|--|---------------|-------|
| A questão indígena no chão da escola | 8h | 50 |
| Literatura Negra: Maria Firmina dos Reis e Luiz Gama – precursores do ativismo literário negro no Brasil | 8h | 200 |
| Encontro para Implementação e monitoramento do livro História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil na rede pública da Cidade de São Paulo | 4h | 5.850 |
| Curso Estado, Educação e Religiões de matriz africana – Diálogos com exposição: medo, fascínio e repressão na missão de pesquisas folclóricas 1938-2015 - CCSP | 12h | 300 |
| Cultura Popular Afrobrasileira: práticas interdisciplinares como contribuições para a educação e cidadania | 12h | 40 |
| Racismo institucional: perspectiva econômica das relações raciais | 20h | 50 |
| Territórios mestiços – a lei 10.639/03 e os lugares de aprender | 12h | 30 |
| Relações raciais, educação e representação da população negra: tensionando e descolonizando o currículo | 12h | 2.180 |
| Iniciação ao jogo de Mancala Awelé | 15h | 30 |
| Educação anti-racista e para a tolerância: racismo, antirracismo e respeito à diversidade religiosa no contexto escolar | 12h | 170 |
| A importância do gestor escolar na educação para as relações étnico-raciais | 12h | 140 |
| Diálogos e Perspectivas sobre a Educação Etnicorracial no Brasil | 12h | 180 |
| Presença de personagens negros nos quadrinhos | 12h | 70 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

Comparando os dados de 2015 aos de 2014, notamos que houve a continuidade de algumas propostas, como a oferta de cursos gerais sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais. Porém, outros conceitos se somaram à discussão: branqueamento, racismo institucional, interseccionalidade (gênero, raça e classe social), valores civilizatórios africanos e ações afirmativas.

Personagens negros também foram abordados nas propostas formativas e localizamos um seminário literário sobre Maria Firmina dos Reis e Luiz Gama, e um curso sobre a luta antirracista de Nelson Mandela. Outra estratégia utilizada pela Secretaria Municipal de Educação, nesse período, foi a construção de uma proposta formativa relacionada ao jogo de tabuleiro Mancala Awelé.

Finalmente, na Tabela 4, apresentamos os dados do ano de 2016.

Tabela 4 - Eventos de formação continuada oferecidos em 2016 pela Secretaria municipal de Educação

| Nome do evento | Carga-Horária | Vagas |
|--|---------------|---------------|
| Entre textos e contextos: práticas de leitura das literaturas africanas, afro-brasileira, indígena e Latino-Americana | 12h | 100 |
| Educação Inclusiva na perspectiva dos Direitos Humanos | 20h | 150 |
| A desconstrução do mito da Democracia Racial | 20h | 400 |
| A Gestão Pedagógica e a Educação para as relações étnico-raciais | 24h | 1.850 |
| Iniciação ao jogo de Mancala Awelé | 15h | 650 |
| A Gestão Pedagógica e a educação para as relações étnico-raciais | 15h | 700 |
| Seminário Leituraço | 4h | 2.350 |
| Literatura e Educação para as relações étnico-raciais – módulo I | 20h | 200 |
| Histórias de vida e identidade negra – um passeio crítico sobre filmes e músicas da cultura negro-brasileira | 24h | 50 |
| A presença imigrante em São Paulo: contextos educacionais e prática antirracistas | 20h | 50 |
| A Educação na luta contra o Racismo: discursos e Práticas | 12h | 100 |
| Saberes que se vivenciam: desconstruindo a inferioridade intelectual de africanos e seus descendentes | 20h | 100 |
| O Racismo e a qualidade social da educação | 20h | 50 |
| História do povo negro e as escolas de samba em São Paulo | 12h | 100 |
| Formação continuada para POSL - diálogo com as culturas do território através das literaturas: indígenas, africana, latino-americana e das periferias, na construção de nosso processo autoral | 12h | 100 |
| HIP HOP está na área! #HIPHOPONTHE SPOT | 15h | 50 |
| Literatura, Etnicidade e Gênero – subsídios para a Educação as Relações Étnico-Raciais | 20h | 50 |
| <i>El cantar tiene sentido</i> - introdução ao espanhol por meio de canções sociais latino-americanas | 16h | 200 |
| I Seminário de práticas em Educação para as Relações Étnico-raciais do NERER | 20h | 450 |
| O negro na Educação, desconstruindo e construindo imagens | 16h | 50 |
| Festival de Mancala Awelé da Rede Municipal de Ensino | 20h | Não informado |

| Nome do evento | Carga-Horária | Vagas |
|---|---------------|-------|
| Formação Continuada da EJA - princípios e práticas pedagógicas numa perspectiva Freireana | 12h | 50 |
| Literatura Intercultural: práticas de leitura das literaturas africanas, afro-brasileira, indígena e Latino-Americana | 20h | 100 |
| Projeto HIP HOP A.T.I.V.E | 12h | 75 |
| Relações entre línguas na escola: troca de saberes com a universidade | 12h | 26 |
| Descolonização do MASP | 4h | 900 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

No último ano do período estudado, também notamos a continuidade de ações dos anos anteriores, com a reedição da oferta de cursos e seminários. Em relação as temáticas específicas, nosso levantamento aponta que houve a incorporação de discussões sobre cinema e música e, nesse aspecto, foram incluídos na discussão o Hip Hop e o samba. No âmbito da Educação para Imigrantes, houve a oferta de curso sobre a relação entre imigração e racismo e curso de Espanhol para os professores.

A AÇÃO INDUTORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

O *Relatório Técnico Descritivo sobre as ações desenvolvidas e resultados obtidos na execução da Meta 58* (D.O. de 31/12/2016, p. 39-41) aponta que essa meta do executivo municipal foi superada, obtendo o resultado de 137,7% diante do inicialmente previsto, que era a oferta de 24.000 vagas de formação continuada para os educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Esse documento é fundamental para nossa análise, pois não apenas revela a intencionalidade em promover políticas públicas de formação continuada visando a implementação da legislação, e torna públicas todas as ações e projetos realizados no decorrer dos 4 anos de formulação e execução dessa política de formação.

Analisando os dados desse período, podemos inferir que houve, de fato, uma aceleração na política pública de formação voltada à qualificação dos profissionais da educação. Entre 2013 e 2016, a oferta de vagas em eventos formativos se ampliou a cada ano e houve uma diversificação nas temáticas abordadas nesses eventos, sendo que permaneceram ações gerais

sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais, mas houve a diversificação de temáticas, através da oferta de cursos específicos sobre as mais variadas áreas, linguagens e conceitos. Relacionamos a aceleração das ações formativas à vigência de Editais de Contratação de Formadores, Palestrantes e Arte-Educadores, mas é importante ressaltar que ao longo do período analisado houve a atuação de um grupo, na Secretaria Municipal de Educação, que era responsável pelas ações referentes às Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e Culturas Latino-americanas.

Esse grupo foi nomeado como GTP, Grupo de Trabalho Permanente de Educação Étnico-racial, e era composto por representantes das treze Diretorias Regionais de Educação que organizavam as atividades nos territórios e fomentavam a construção de projetos e demais ações didáticas através do percurso formativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, analisamos dados que contribuem para situar o papel indutor da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no que se refere a Educação para as Relações Étnico-raciais. Esse estudo é uma continuidade da investigação realizada junto ao curso de Pós-graduação em Gestão da Educação Pública (UNIFESP). A perspectiva do Estado como indutor das ações afirmativas foi aportada através de um levantamento bibliográfico que privilegiou pesquisadores que desenvolvem estudos relacionados à Educação para as Relações Étnico-raciais, tais como Gomes (2011; 2013), Munanga (2013) e Almeida (2020).

A pesquisa exploratória, realizada no Diário Oficial da cidade de São Paulo oportunizou um mapeamento das atividades de formação continuada oferecida aos servidores da educação, possibilitando identificar as temáticas mais recorrentes, a carga-horária dedicada a tais discussões e a quantidade de vagas ofertadas entre os anos de 2013 e 2016.

Os dados apontam que houve, por parte da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, um investimento na qualificação dos servidores da educação para que esses pudessem desconstruir estereótipos e promover relações pautadas na igualdade. Os temas abordados nessas formações tratavam de aspectos gerais sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais, contudo, notamos que houve um aprofundamento de alguns eixos conceituais, tais como: a desconstrução do mito da democracia racial, conceito de ações afirmativas e racismo institucional, incorporação de valores civilizatórios afrodiáspóricos e indígenas e a relação entre

os fluxos migratórios contemporâneos e o racismo.

Podemos inferir que uma iniciativa que contribuiu para a aceleração dessa política formativa foi a contratação de especialistas, através de dois Editais de Contratação de Formadores, Palestrantes e Arte-Educadores e pela atuação Grupo de Trabalho Permanente de Educação Étnico-racial. Finalmente, cabe salientar que as ações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, entre os anos de 2013 e 2016 estavam em consonância com a Meta 58 do Plano de Metas do executivo municipal. Esses elementos coadunam com a perspectiva de responsabilidade do Estado na implementação das ações afirmativas, considerando a complexidade, as múltiplas dimensões desse debate e as tensões em torno da questão racial, conforme apontou Gomes (2011).

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BRASIL. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. RBPAAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan/abr 2011.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, Educação e Descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, jan/abr 2012.

GOMES, Nilma Lino. JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan/mar 2013.

MUNANGA, Kabenguele. Educação e diversidade étnico-cultural: a importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. In: Relações Étnico-Raciais e Diversidade. Niterói/RJ: Editora da UFF, Alternativa, 2013.

SILVA JR, Hédio. Políticas Públicas de promoção da Igualdade racial. São Paulo: CEERT, 2010.

Recebido 04/08/2019
Aprovado 06/05/2020